

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.296.741 - AL (2018/0120701-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : ADALBERON DE MORAIS BARROS
ADVOGADO : WANDECK VELOSO NETO - AL005507
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de agravo de ADALBERON DE MORAIS BARROS contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, da Constituição Federal – CF, em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS – TJAL.

Consta dos autos que o agravante teve a pena unificada, com manutenção do regime fechado (fls. 1/4).

O defesa interpôs agravo em execução penal que foi desprovido. O acórdão ficou assim ementado:

LEI DE EXECUÇÕES PENAIS. EMBARGOS EM EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. FUGA NÃO APURADA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ALEGAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCO INTERRUPTIVO PRESCRITO COMO FORMA DE OBSTAR A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO NÃO EVIDENCIADA. PRISÃO ANTECEDENTE DEVIDAMENTE COMPUTADA QUANDO DA UNIFICAÇÃO DAS PENAS. NECESSIDADE DO CUMPRIMENTO DE 1/6 DA PENA. REQUISITO OBJETIVO NÃO PREENCHIDO. INTELIGÊNCIA DO ART. 112 DA LEP. DECISÃO MANTIDA EM SUA INTEGRALIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - A falta grave, como causa de interrupção do prazo para concessão de benefícios processuais penais, não prescinde de sua apuração por meio de procedimento que possibilite a ampla defesa e contraditório.

2 - Comprovado que o tempo de prisão anterior à fuga foi devidamente detraído da pena unificada, não há que se falar em prejuízos ou inobservância do regramento legal.

3 - Não tendo o apenado atingido o período mínimo de cumprimento de pena, não faz jus à progressão de regime prisional, nos termos do art. 112 da LEP.

4 - Decisão que não merece reparos.

5 - Recurso conhecido e não provido (fl. 45).

Em sede de recurso especial, a defesa alega que o agravante preenche os requisitos subjetivos e objetivos para a progressão de regime.

Requer a progressão de regime.

Contrarrazões (fls. 134/138).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista a fundamentação deficiente, conforme Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal – STF (fls. 140/143).

Em agravo em recurso especial, a defesa refuta o referido óbice.

Contraminuta (fls. 184/185).

O Ministério Público Federal – MPF opinou pelo não conhecimento do agravo em recurso especial (fls. 201/205).

É o relatório. Decido.

O recurso está prejudicado.

Conforme consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, na execução penal n. 0044310-43.2012.8.02.0001 foi deferida progressão de regime para o semiaberto, em 14/6/18.

Diante do exposto, com fundamento no art. 932, inc. III, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nos termos do art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça - RISTJ, julgo prejudicado o agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator